

## Refletir a Qualidade de Vida e as Amenidades Urbanas no Grande Porto

Fátima Loureiro de Mato<sup>(a)</sup>, Teresa Sá Marques<sup>(b)</sup>, Paula Guerra<sup>(c)</sup>, Diogo Ribeiro<sup>(d)</sup>

<sup>(a)</sup> Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CEGOT, Email: fmatos@letras.up.pt

<sup>(b)</sup> Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CEGOT, Email: teresasamarques@gmail.com

<sup>(c)</sup> Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CEGOT, Email: mariadeguerra@gmail.com

<sup>(d)</sup> Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Email: mrcotgeo@gmail.com

### Resumo

O direito à cidade e à qualidade de vida está associado a um conjunto de direitos fundamentais, como o direito à habitação e ao trabalho, à saúde e à educação, ao consumo e ao ambiente e à mobilidade e à participação cívica. A avaliação desses direitos deve estar focalizada nas pessoas, enquanto indivíduos com preferências e aspirações diferentes e enquanto elementos de uma sociedade. Em matéria de qualidade de vida e bem estar social, a política pública deve avaliar as sensibilidades e as percepções dos cidadãos de forma a apoiar os processos de decisão. Esta pesquisa dá contributos para essa reflexão, fundamentada em avaliações subjetivas realizadas aos residentes do Grande Porto. Os residentes do Grande Porto têm uma boa perceção da sua qualidade de vida e mostram satisfação relativamente a um conjunto diversificado de amenidades urbanas. Manifestam alguma insatisfação relativamente ao trabalho e evidenciam uma fraca disponibilidade para participar na política local.

**Palavras-chave:** qualidade de vida; direito à cidade; políticas urbanas; Grande Porto

### 1. Qualidade de Vida e Amenidades Urbanas

A análise do direito à cidade e à qualidade de vida deve estar focalizada nas pessoas, enquanto indivíduos com capacidades para livremente definirem os seus percursos de vida e enquanto elementos de uma sociedade que deve criar-lhes as condições necessárias para o exercício dessas liberdades e capacidades. A intervenção pública deve procurar criar as condições e as oportunidades – sociais, económicas e ambientais - necessárias para que os indivíduos possam fazer as suas escolhas e concretizar os seus projetos de vida. Assim, o direito à cidade e à qualidade de vida está associado ao exercício de um conjunto de direitos, designadamente, o direito à habitação e ao trabalho, aos equipamentos e serviços de saúde, educação e cultura, e ainda à mobilidade, aos espaços públicos e à participação cívica.

O direito à cidade reflete-se subjetivamente na maior ou menor satisfação relativamente a um conjunto de direitos inscritos nas amenidades urbanas. O instrumento de informação utilizado nesta pesquisa foi um inquérito por questionário aplicado aos residentes do Grande Porto (o universo corresponde a 1112555 indivíduos). A amostra (691 indivíduos) tem uma margem de confiança de 99,7% para uma margem de erro de  $\pm 5\%$ ; a amostra foi segmentada tendo em consideração a distribuição por sexo, idades e níveis de escolaridade.

## 2. Resultados da pesquisa

Os residentes do Grande Porto de uma forma geral demonstram bons níveis de satisfação com a sua qualidade de vida (Fig.1), pois 55,3% da população inquirida avalia a sua qualidade de vida numa escala de 1 a 10, entre 8 e 10. Devemos referir, que em plena crise económica é surpreendente. Em termos analíticos, identificaram-se um conjunto de dimensões de análise em termos de qualidade de vida - a habitação e os espaços envolventes; o trabalho e o local de trabalho; as condições ambientais e os espaços públicos; os equipamentos, os serviços e as condições de mobilidade; e os níveis de cidadania e governança – que vão estruturar a apresentação dos resultados globais desta pesquisa.

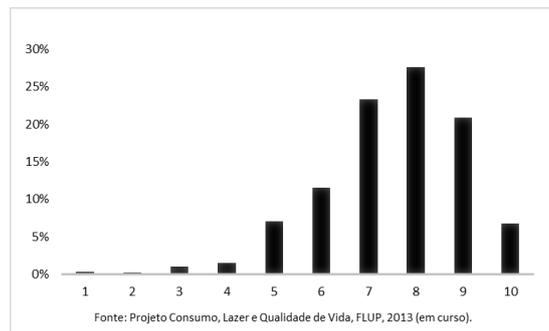


Figura 1 - Níveis de satisfação relativamente à qualidade de vida

### 2.1 Habitação e trabalho

A habitação é vivida e é nesta dimensão que se constrói a própria identidade dos indivíduos e das famílias e se desenvolvem as funções sociais. Por outro lado, o trabalho ocupa um lugar ou uma função central e determinante na realização individual e nas ligações sociais, sendo o desemprego um dos principais fatores de desintegração social e de desregulação individual (concorre para o isolamento, limita os relacionamentos sociais quotidianos e influencia a autoestima). Assim, a habitação e o trabalho são componentes essenciais para o desenvolvimento dos indivíduos e para a qualidade de vida.

Como refere Isabel Martins (2011), as características objetivas do alojamento em que se reside condicionam fortemente o nível de bem-estar e a área residencial desempenha um papel crucial em termos de qualidade e oportunidades de vida. A satisfação com a habitação (Marques, 2004; Martins, 2011) implicitamente incorpora a dotação de infraestruturas básicas (água canalizada, esgotos, banho, eletricidade), o estado de conservação do edifício, o espaço disponível e as condições de conforto. Os residentes do Grande Porto mostram uma clara satisfação relativamente às suas habitações e às áreas residenciais (Fig. 2 e 3). Mostram-se satisfeitos com a oferta de habitação local (79%), o estado de conservação dos edifícios (84%), o conforto térmico da habitação onde residem (85%), as relações de vizinhança (90%) e o ambiente social local (92%).

No contexto atual, o emprego é fundamental para garantir os recursos económicos da família e constitui uma proteção contra o risco de pobreza e um fator muito importante de integração na sociedade (Martins, 2011: 253).

A satisfação com o emprego depende da acessibilidade dos indivíduos ao mercado de trabalho (dada a crescente instabilidade dos mercados laborais) e correlaciona-se também com a própria qualidade do emprego e o local de emprego (o próprio contexto de trabalho, nomeadamente, as possibilidades de progressão profissional, as oportunidades de aprendizagem, a satisfação pessoal e as gratificações). Relativamente ao grau de satisfação quanto ao local de trabalho (Fig.4), os resultados são disparos. Há graus claramente discrepantes, pois cerca de 15% dos inquiridos mostra uma clara insatisfação, pois estão sobretudo numa posição de desemprego, de emprego precário, ou reforma antecipada coerciva. Cerca de 52% mostram-se insatisfeitos com as oportunidades de trabalho existentes e 43% com os níveis de remuneração usufruídos através do trabalho. É claramente o domínio que mais afeta a qualidade de vida e o bem-estar social dos residentes do Grande Porto.

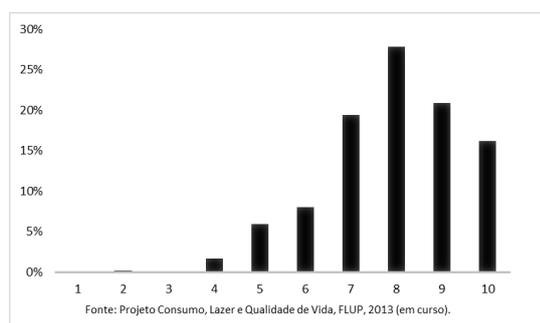


Fig. 2 - Níveis de satisfação relativamente à habitação

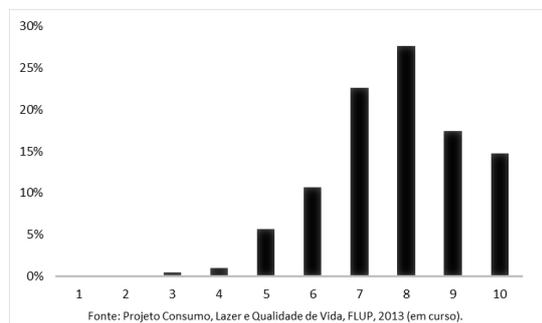


Fig. 3 - Níveis de satisfação com a área residencial

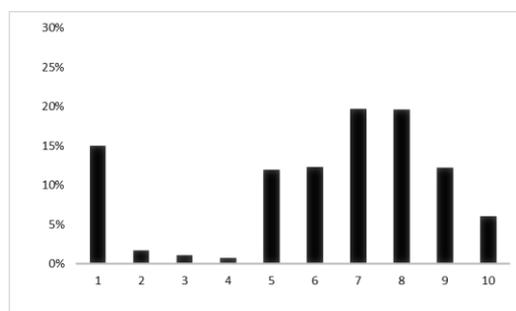


Fig. 4 - Nível de satisfação relativamente ao local de trabalho.

Assim, genericamente, os inquiridos têm uma boa perceção dos locais de residência ou de fixação urbana (a residência como local de interiorização) e uma perceção pior dos locais de trabalho (o trabalho desencadeia movimentos urbanos quotidianos e inserções num território mais alargado). Assim, a metrópole enquanto espaço residencial está a cumprir satisfatoriamente as aspirações dos cidadãos metropolitanos, mas a metrópole enquanto espaço de trabalho mostra insatisfações muito claras para um número significativo de residentes.

## 2.2. Ambiente e espaços públicos

A satisfação com o ambiente e os espaços públicos relaciona-se com as condições e os serviços que contribuem para uma cidade agradável e sustentável ambientalmente. Estes fatores podem condicionar a qualidade de vida dos cidadãos e o relacionamento dos indivíduos com o espaço urbano. A oferta de espaços verdes numa área

urbana (jardins, parques e áreas naturais) proporciona espaços de usufruto e de lazer, que normalmente favorece a saúde e a convivência social. Por outro lado, são espaços que quebram ou rompem a malha urbana favorecendo as condições ambientais (qualidade do ar, clima urbano, permeabilização do solo, etc.) contribuindo desta forma para um quadro de vida urbano mais sustentável. A qualidade ambiental também depende da oferta de um conjunto de infraestruturas e serviços básicos, nomeadamente a recolha seletiva de resíduos, entre muitos outros (e outros ainda mais básicos, como a água). Os serviços e os níveis de qualidade da limpeza urbana contribuem não só para a salubridade, mas também para a imagem urbana e para a saúde pública em geral. Os níveis de poluição resultantes da atividade humana, quer seja o ruído ou a qualidade do ar, podem interferir negativamente na qualidade de vida dos cidadãos e ter importantes impactos principalmente na saúde dos indivíduos.

O espaço público e a imagem urbana são também centrais nesta avaliação urbana. Os espaços públicos são os centros de convivência urbana e de fomento de relações sociais, logo condicionam a qualidade de vida urbana. A imagem urbana representa-se a partir de um quadro imagético e de valores de referência dos seus habitantes, que se vai construindo a partir das práticas sociais e das experiências quotidianas. A satisfação com o espaço público e a imagem urbana passam também pelo estado de conservação dos edifícios e ruas e pela qualidade urbanística e ambiental dos espaços. Os residentes do Grande Porto estão satisfeitos com os espaços verdes (81%), a recolha seletiva de resíduos (88%), os níveis de limpeza pública (86%) e os níveis de poluição existentes (81%). Os espaços públicos e a imagem urbana respondem eficazmente às suas necessidades e aspirações, pois 86% estão satisfeitos com os espaços públicos existentes e 84% com o estado de conservação dos edifícios. Algum desagrado manifesta-se relativamente ao estado de conservação das ruas (19% insatisfeitos) e a adequação dos espaços públicos ao desenvolvimento de atividades de lazer (17% insatisfeitos).

### **2.3. Comércio e serviços e condições de mobilidade**

A cidade, pela sua natureza, corporiza uma centralidade proporcionada pelos equipamentos, serviços e comércio fundamentais à mediação do bem-estar social e humano. A satisfação com a oferta dos serviços de saúde remete para a prestação de cuidados de saúde imprescindíveis à sobrevivência e ao bem-estar dos indivíduos. Os serviços de educação condicionam o desenvolvimento social e económico e devem ajustar-se às dinâmicas urbanas, de forma a satisfazerem as necessidades dos indivíduos e reforçarem as suas liberdades de escolha. Os serviços de apoio social (creches, jardins-de-infância, lares e centros de dia) oferecem uma resposta às necessidades dos indivíduos (sobretudo às crianças, idosos e deficientes) e das famílias. Por outro lado, a oferta de comércio permite a satisfação de necessidades de consumo mais ou menos comuns. A oferta de equipamentos de animação desportiva possibilita a prática de diversas modalidades desportivas e a sua proximidade pode estimular a atividade física generalizada, contribuindo para a saúde e o recreio dos indivíduos. Os serviços de cultura e lazer contribuem para diversificar as oportunidades de ocupação dos tempos livres e de lazer e a oferta de bibliotecas e museus concorrem para a difusão cultural e do conhecimento.

Genericamente os níveis de satisfação dos residentes do Grande Porto em matéria de equipamentos, serviços e comércio são razoáveis, no entanto, tratando-se de serviços fundamentais os níveis de insatisfação devem merecer uma grande atenção. Em termos de serviços de saúde, ainda que os níveis de satisfação sejam altos (81%), existe ainda um número significativo de residentes que estão manifestamente insatisfeitos (18%). A insatisfação manifesta-se na oferta de serviços de apoio social (19% dos inquiridos), nos equipamentos de animação desportiva (18%) e na oferta de equipamentos culturais (32%) e de lazer (18%). O comércio atinge graus de satisfação mais altos (86%), ainda que 13% estejam insatisfeitos. Mas é claramente nos serviços de educação que os valores são melhores (cerca de 89% satisfeitos e só 7% insatisfeitos).

A acessibilidade física é central nos estudos de equidade e justiça espacial (Soja, 2010). No quotidiano dos indivíduos os transportes assumem um papel fundamental em termos de qualidade de vida, porque proporcionam uma melhor capacidade de deslocação dos indivíduos de casa para o trabalho-escola, ou para o usufruto de atividades de consumo, cultura e lazer. As necessidades de deslocação dos indivíduos têm vindo a aumentar e assiste-se a uma utilização massificada do automóvel, com conseqüências negativas em termos ambientais. Os residentes do Grande Porto estão genericamente muito satisfeitos com as facilidades de deslocação automóvel para o uso de transporte individual (90%). Os transportes públicos proporcionam a mobilidade coletiva dos cidadãos e interferem positivamente a nível ambiental. Com o crescimento urbano este domínio é cada vez mais importante pelos impactos que pode ter em termos de eficiência energética. No Grande Porto, 18% dos inquiridos estão insatisfeitos com os serviços de transportes públicos, mas em contrapartida 22% estão muito satisfeitos.

#### **2.4. O exercício da cidadania e da governança**

O exercício da cidadania e da governança pressupõe uma vivência em pleno da cidade. Em termos de cidadania é fundamental um clima de civismo, que favoreça um bem-estar social e uma boa convivência das pessoas. Embora as relações de vizinhança possam ser cada vez mais brandas, ter boas relações com os vizinhos pode contribuir para a satisfação residencial e para um primeiro patamar de governança local. Por outro lado, problemas de segurança e criminalidade podem condicionar ou mesmo comprometer a qualidade de vida em determinados contextos urbanos. No Grande Porto, 21% dos residentes mostrou desinteresse e insatisfação relativamente à possibilidade de intervenção na vida política local (21% desinteresse e 26% insatisfação). Mas, em contrapartida mostram-se satisfeitos com a acessibilidade aos centros de decisão local (92%) e com o civismo das pessoas (92% satisfeitos). Com a segurança pública local, 85% estão satisfeitos, mas 16% manifestam insatisfação. Como referimos a vivência em pleno da cidade apela a uma cidadania ativa, no entanto no Grande Porto há aparentemente uma fraca disponibilidade, pois os seus residentes não mostram interesse em exercer uma participação mais ativa e coparticipada, ainda que tenham uma boa perceção social do território, pois estão genericamente satisfeitos com o ambiente social local, as relações de vizinhança, o civismo da população e mesmo a segurança pública local.

**Concluindo**, num contexto de crise, como o que estamos a atravessar, os níveis gerais de satisfação são perplexos. Isabel Martins refere (2011) é necessário dispor de informação não só das condições objetivas, mas também o que as pessoas sentem no dia-a-dia, as suas preferências e aspirações. Esta investigação está a prosseguir, com a realização de entrevistas, de forma a recolhermos essa informação. Os atuais níveis de satisfação podem estar relacionados com os baixos níveis de exigência e de aspiração, individuais e coletivos. Além disso, estamos a aprofundar a investigação em contextos sociais e territoriais diferenciados.

### **3. Bibliografia**

Marques, T. (2004) - *Portugal na transição do século. Retratos e dinâmicas territoriais*. Afrontamento.

Marques, T., Matos, F., Guerra, P., Ribeiro, D. (2013) - *Uma reflexão compreensiva e prospetiva da habitação nas metrópoles de Lisboa e Porto*, 2º Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono e 1º Congresso da Construção e Reabilitação Sustentável de Edifícios no Espaço Lusófono, Lisboa (LNEC), publ. CD-ROM.

Martins, I. (2011) – *Os territórios da qualidade de vida no Porto: Uma avaliação das disparidades intra-urbanas*, FLUP (policopiado, tese de doutoramento).

Soja, E. (2010) – *Seeking spatial justice*. Minneapolis.